

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira
Círculo: VIANA DO CASTELO
Sessão: SECUNDÁRIO

### Projecto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

O funcionamento da Justiça em Portugal, mais propriamente do sistema jurídico, é o que eu chamo de um conjunto de confusões. Um conjunto formado pela confusão de leis ambíguas, que são facilmente erroneamente interpretadas, pela confusão da lentidão de processamento, pela confusão da burocracia e pela confusão da falta de uma medida para o resolver. O que está mal no sistema jurídico? Quase tudo.

Somos um país com falta de execução, onde os juízes devem ter medo de aplicar penas, pois estas quase que se ficam pelo papel. Como se explica os vários casos de liberdades condicionais e prisões domiciliárias, quando noutros países tais casos seriam julgados como verdadeiros crimes? Em Portugal, o sistema jurídico está baseado na dupla chatice de processamento dos réus/esperança de reabilitação. A primeira é a parte não oficial do funcionamento dos tribunais, e a segunda é a que junta o útil ao agradável a este emaranhado que é o nosso sistema de execução.

Mas em vez de nos ficarmos pelas teorias da conspiração, porque não agimos? Medidas a tomar? Pois bem, se chegarmos ao ponto de que somos os únicos na União Europeia em que um processo simples se desenrola meses a fio, temos de admitir que o nosso sistema simplesmente não funciona. Como tal, porque não copiamos, humildemente, o sistema dos nossos vizinhos europeus? Fora o nacionalismo, que só deve existir entre as boas medidas, e não nos deve fechar numa cerca de más políticas, onde apenas apoiamos o sistema actual porque não é “copiado”. Mas se o copiado for bom, e bem melhor que o nosso, porque não?

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Levantamento da imunidade parlamentar. É preciso distinguir a acção do

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

deputado/governante que actua em nome dos interesses nacionais e vota em conformidade com as acções de proveito individual/corporativista.

2. Realização de auditorias em qualquer cargo de natureza pública. É necessário assumir responsabilidades pela governação/gestão por parte dos titulares de cargos públicos. Qualquer anomalia detectada deverá ser imediatamente encaminhada para a barra dos tribunais.

3. Obrigatoriedade de reassumir a sua função/profissão anterior à assunção de um cargo público. Pelos menos durante um determinado período de tempo (a decidir), qualquer interveniente da cena pública, ao fim do seu mandato, deverá reassumir a sua função anterior, a qual pedira licença para exercer o cargo público.